

O MÉTODO ARQUEOLÓGICO EM M. FOUCAULT: UMA POSSIBILIDADE HISTORIOGRÁFICA

*Ildenilson Meireles**
*Getúlio Dias Malveira***

Resumo: O artigo descreve o núcleo da analítica do discurso de Michel Foucault com vistas a sua possível aplicação historiográfica. O núcleo do método arqueológico comporta duas tarefas de descrição (do enunciado e das formações discursivas), as quais permitem ulteriormente a realização de tarefas complementares: descrição dos fatos discursivos comparativos, das regiões de interdiscursividade em uma época e para um grupo limitado de discursos, e a análise dos efeitos não-discursivos produzidos no e pelo discurso. Sempre situado historicamente, o discurso é um conjunto de acontecimentos que entretém com os acontecimentos não-discursivos um conjunto de relações determinadas, datadas e datáveis, as quais só podem ser analisadas, segundo o filósofo francês, se primeiro se restitui aos enunciados que o compõem seu caráter de acontecimentos históricos.

Palavras-chave: Foucault, Arqueologia, História, Discurso.

Abstract: The article describes the core of the discourse analytic of Michel Foucault in order to its possible historiography application. The core of the archaeological method involves two tasks of description (the statement and discursive formations), which allow subsequently accomplish complementary tasks:

* Doutor em filosofia pela UFSCar e professor colaborador no PPGH/Unimontes.

** Mestre em História Social pela Unimontes.

the comparative description of discursive events, regions of interdiscursivity at a time and to a limited group of discourses, and the analysis of non-discursive effects produced in and through discourse. Historically situated, the discourse is an ensemble of events that entertains with non-discursive events an ensemble of definite relations, dated and datable, which can only be analyzed according to the French philosopher, whether one refers at first to the statements of a discourse its character of historical events.

Key-words: Foucault, Archaeology, History, Discourse.

Resumen: El artículo describe el núcleo del análisis del discurso de Michael Foucault con vista a su posible aplicación historiográfica. El núcleo del método arqueológico conlleva dos tareas de descripción (del enunciado y de las formaciones discursivas), las cuales permiten posteriormente la realización de las tareas complementarias: descripción de los hechos discursivos comparativos, de las regiones de interdiscursividad en una época y para un grupo limitado de discursos, y el análisis de los efectos no-discursivos producidos en el y por el discurso. Siempre situado históricamente, el discurso es un conjunto de acontecimientos que entretiene a los acontecimientos no-discursivos un conjunto de relaciones no determinadas, “fechadas”, las cuales solo pueden ser analizadas, según el filósofo francés, si primero se restituye a los enunciados que lo componen en su carácter de acontecimientos históricos.

Palabras clave: Foucault, Arqueología, Historia, Discurso

Introdução

Ao fim da década de 1960, logo depois da publicação de *As palavras e as coisas*, Michel Foucault escreveu uma série de textos teóricos a fim de precisar o método e o projeto que desenvolvia. Esses textos estão entre os mais densos da produção do filósofo francês e incluem a *Resposta ao círculo de epistemologia* (FOUCAULT, 2005b), o tratado sobre *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 1972) e a aula inaugural de Foucault no *Collège de France*, publicada sob o título *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 2005a). No momento em que se assiste no Brasil, e em outras partes do mundo, um renovado interesse da comunidade historiográfica pela produção foucaultiana e a tentativa de recolher as possíveis contribuições do filósofo para a disciplina histórica, parece-nos interessante retomar esses textos a fim de tentar precisar o que Foucault entendia por “arqueologia” e como esse procedimento de pesquisa pode vir a ser útil para a metodologia histórica.

Assim, em sua *Resposta ao círculo de epistemologia*, Foucault (2005b, p. 112) define a arqueologia como “análise das formações discursivas e de seus sistemas de positividade em relação ao elemento saber”. Portanto, é neste ensaio de 1968, em que Foucault pretende responder a uma série de questões do “Círculo de Epistemologia de Paris” a respeito de *As palavras e as coisas*, que os dois principais operadores da arqueologia (formações discursivas e sistemas de positividade), aparecerão pela primeira vez. O “círculo”, evidentemente, era formado por membros da escola de epistemologia histórica francesa, então liderada por Canguilhem, para os quais as noções de limiar, descontinuidade e ruptura eram bem familiares, suscitando, pois, uma ocasião para que Foucault fizesse sua primeira investida contra os que fizeram do livro um assassinio do homem e da história, ou dos que viam nele um “estruturalismo sem estruturas”.

Já em *A arqueologia do saber*, que em grande parte elabora as noções já presentes na *Resposta*, Foucault (1972, pp. 171-173) enumera quatro características que distinguem a arqueologia da história das ideias:

1. “dirige-se ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento”;
2. “é uma análise diferencial das modalidades de discurso”;
3. “A instância do sujeito criador, enquanto razão de ser de uma obra e princípio de sua unidade, é estranho a ela”;
4. “é a descrição sistemática de um discurso-objeto”.

Essas características já situam a arqueologia no âmbito da historiografia, mais precisamente no âmbito do que Foucault denomina “história nova”. Segundo Foucault (1972, p. 14), “a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar estatuto de elaboração à massa documental de que ela não se separa”. Enquanto a história tradicional tratava de “fazer falar os documentos”, a história nova (grosso modo, a segunda geração da Escola dos *Annales*) “transforma os documentos em monumentos” e “se volta para a descrição intrínseca do monumento”. A arqueologia aparece, então, como um modo de realizar essa descrição, ao menos quanto ao campo documental da história intelectual.

A descrição do enunciado

A arqueologia se define, portanto, como “uma *descrição pura dos acontecimentos discursivos*” (FOUCAULT, 1972, p. 38). Não é um trabalho linguístico, não opera ao nível das formulações e do texto ou dito (*parole*), mas ao nível do enunciado e do discurso¹. Sua questão fundamental é: “como apareceu um deter-

¹ Importante distinguir a “formulação” ou “enunciação” do enunciado: uma formulação é “o ato individual (ou, a rigor, coletivo) que faz surgir, em um material qualquer e segundo uma forma determinada, o grupo de signos: a formulação é um acontecimento que, pelo menos de direito, é sempre demarcável segundo coordenadas espaço-temporais” (FOUCAULT, 1972, p. 134). O enunciado, por outro lado, é aquilo que é efetivamente dito em uma formulação, um acontecimento que é específico, mas que não é singular.

minado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 1972, p. 39). Por mais importante que seja o “sentido” ou a “produção de sentido”, a arqueologia não conduz sua análise nessa dimensão em que as significações emergem; sua tarefa é

compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar suas condições de existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que formas de enunciação excluiu (FOUCAULT, 1972, p. 39).

Liberado o campo dos acontecimentos discursivos, a tarefa da arqueologia é “aprender outras formas de regularidade, outros tipos de relações” (FOUCAULT, 1972, p. 41), que não estão ligadas a “operadores de sínteses que sejam puramente psicológicos” (FOUCAULT, 1972, p. 40). E o domínio do enunciado deve ser liberado justamente porque, em nossa sociedade ao menos, o discurso é atravessado por um certo número de “princípios de exclusão”, “que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 2005a, p. 9), e de “controle”, que visam “dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2005a, p. 9).

Tais operações, que a arqueologia deve poder fazer aparecer, são, portanto, de três ordens distintas:

[1ª] Relações dos enunciados entre si [...]; [2ª] relações entre grupos de enunciados assim estabelecidos [...]; [3ª] relações entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de uma ordem inteiramente diferente (técnica, econômica, social, política). (FOUCAULT, 1972, p. 41).

De modo que o modelo desenvolvido no tratado determina que as relações entre os enunciados sejam analisadas a fim de fazer aparecer as condições que tornam esses enunciados possíveis, a formação na qual e a partir da qual podem emergir; quer-se, nesta fase, reconstituir os discursos que se haviam esfacelado, porém, a partir do sistema de relações discursivas que efetivamente os delimitam e os tornam possíveis: trata-se de desenhar, a partir dos discursos tomados para análise e que foram decompostos num primeiro momento, as formações discursivas que os permitem individualizar. Uma tarefa, contudo, parece ter de se colocar previamente: *a da descrição do enunciado.*

Foucault (1972, p. 109) afirma que o enunciado é uma função. Pois bem. Elaborar a arqueologia de um discurso consiste, basicamente, em descrever as condições de existência histórica de um enunciado, as regularidades que permitem individualizá-lo e discerni-lo de qualquer outro enunciado. Como ocorre que algo possa ser dito

em determinado momento e em nenhum outro? – é a questão que se coloca para a descrição arqueológica.

Daí que, para Foucault, haverá enunciado desde que se possa reconhecer para uma série de signos: um *referencial*, um *sujeito*, um *campo enunciativo associado* e uma *materialidade*. E, uma vez que o enunciado é uma função, as variáveis acima são subfunções constitutivas da função enunciativa, cada uma delas indispensável para que haja enunciado.

De modo que, primeiramente:

Uma série de signos se tornará um enunciado com a condição de que tenha com ‘outra coisa’ (que pode ser-lhe estranhamente semelhante, e quase idêntica como no exemplo escolhido) uma relação específica que é concernente a ela mesma, - e não à sua causa nem a seus elementos (FOUCAULT, 1972, p. 111).

Importante não confundir esta “outra coisa” com a qual o enunciado mantém relação, este correlato, com o sentido de uma frase ou o referente de uma proposição. O referencial de uma função enunciativa define “[...] um conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas” (FOUCAULT, 1972, p. 114). O enunciado, esclarece Foucault (1972, p. 114),

está antes ligado a um ‘referencial’ que não é constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidades’, ou de ‘seres’, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontraram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações postas em jogo pelo próprio enunciado.

Entre o referencial de um enunciado, o referente de uma proposição e o sentido de uma frase, a relação não é nem de semelhança nem de paralelismo. É o referencial que permite decidir se uma proposição tem ou não um referente, sem deixar por isso de ser uma proposição; se uma frase tem ou não sentido, sem deixar por isso de ser uma frase. Por um lado, “é preciso saber a que se refere o enunciado, qual é seu espaço de correlações, para poder dizer se uma proposição tem ou não um referente” (FOUCAULT, 1972, p. 112); por outro, deve-se admitir que “é no interior de uma relação enunciativa determinada e bem estabilizada que a relação de uma frase com seu sentido pode ser assinalada” (FOUCAULT, 1972, p. 113).

Em segundo lugar, para que haja enunciado é preciso que se possa reconhecer um domínio vazio, determinado ou indiferenciado, de posições subjetivas possíveis. O sujeito de um enunciado é, na concepção do autor, “um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em lugar de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia” (FOUCAULT, 1972, p. 119). Não é, certamente, o indivíduo que pronuncia uma formulação, mas o espaço que esse indivíduo deve poder ocupar para ser capaz de emitir um enunciado específico. De modo que o sujeito de um enunciado é a função que define tal espaço:

[...] o sujeito do enunciado é [a] uma função determinada, mas que não é forçosamente a mesma de um enunciado a outro; [b] é uma função vazia, podendo ser ocupada por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; na medida ainda que [c] um único e mesmo indivíduo pode ocupar alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições, e assumir o papel de diferentes sujeitos (FOUCAULT, 1972, p. 117).

De modo que, para a análise do enunciado, o sujeito aparecerá como uma função que define um espaço vazio a ser ocupado por indivíduos; espaço determinado ou completamente indiferenciado.

Em terceiro lugar, um enunciado se define pela “existência de um domínio associado” (FOUCAULT, 1972, p. 120). De modo que “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 1972, p. 122). Ao contrário da frase e da proposição, que permanecem frase e proposição mesmo isoladas do texto ou do conjunto teórico de que fazem parte, o enunciado não existe senão em função de um campo enunciativo a ele associado, definível ele próprio por uma função.

O campo “[...] é constituído de início [a] pela série das outras formulações no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento [...]. [b] É constituído também pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não) [...]; [c] É constituído, ainda, pelo conjunto das formulações cujo enunciado propicia a possibilidade ulterior [...]. [d] É constituído, finalmente, pelo conjunto das formulações de que o enunciado em questão divide o estatuto.” (FOUCAULT, 1972, p. 123).

Por último, todo enunciado possui uma existência material, e para que “uma seqüência de elementos linguísticos possa ser considerada e analisada como um enunciado, precisa preencher uma quarta condição: deve ter existência material” (FOUCAULT, 1972, p. 125). Novamente, a função que define a materialidade de um enunciado será complexa, comportando, primariamente, “possibilidades de

reinscrição e de transcrição (mas também limiares e limites)” (FOUCAULT, 1972, p. 129). Secundariamente, implica em uma subfunção que define um campo de estabilização, a qual, por sua vez, se decompõe em “[a] esquemas de utilização, [b] as regras de emprego, [c] as constelações em que podem desempenhar um papel” (FOUCAULT, 1972, p. 129). Por fim, a materialidade de um enunciado está ligada à função que define um “campo de utilização”, a qual se constitui pela “constância do enunciado, a manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações, seus desdobramentos através da identidade das formas” (FOUCAULT, 1972, p. 131).

O silêncio não comporta enunciados e, portanto, não pode ser objeto de análise: a arqueologia não busca o “sentido” oculto subliminarmente naquilo que foi efetivamente dito e, diante de todos os métodos hermenêuticos, permanece como uma descrição “superficial” daquilo que pôde ser dito em uma época, das condições a partir das quais o pôde ser e dos efeitos discursivos e não-discursivos que são daí produzidos.

A descrição das formações discursivas

À descrição do enunciado se segue a descrição das relações entre enunciados e, particularmente, para os domínios analisados por Foucault até então, a descrição das formações discursivas. De modo que é preciso agora determinar como uma formação discursiva deve ser estabelecida e analisada. Foucault é aqui perfeitamente didático e nos oferece um quadro bastante nítido das variáveis que, para cada discurso, é preciso analisar no âmbito da arqueologia.

Primeiramente, uma formação discursiva é um sistema de dispersão, cuja unidade não está na referência a um mesmo objeto, mas no “espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto” (FOUCAULT, 1972, p. 45); a unidade de um discurso não está, do mesmo modo, na forma específica que seus enunciados assumem, pelo estilo da enunciação (descrição, comentário, repetição, etc.), mas no “conjunto de regras que tornaram possíveis” (FOUCAULT, 1972, p. 47) a forma e o tipo de encadeamento das formulações; ainda, no mesmo sentido, seria equivocado buscar a unidade de um discurso no “sistema dos conceitos permanentes e coerentes que aí se encontram postos em jogo” (FOUCAULT, 1972, p. 47), mas, antes, seria preciso procurá-la “junto à sua emergência simultânea e sucessiva, de seu afastamento, da distância que os separa e, eventualmente, de sua incompatibilidade. [...] tentar-se-ia analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão” (FOUCAULT, 1972, p. 48); finalmente, ao invés de tentar estabelecer a unidade discursiva de um grupo de enunciados na identidade e persistência dos mesmos

temas e teorias, seria preciso analisar a “dispersão dos pontos de escolha que deixa livres” (FOUCAULT, 1972, p. 50).

A tarefa do arqueólogo é, pois, descrever os *sistemas de dispersão* que dão conta da unidade de um discurso, que, assim unificado, chamar-se-á “*formação discursiva*”:

No caso em que se pudesse descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se poderia definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), dir-se-á, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 1972, p. 51).

Essa descrição deve ser feita pelo estabelecimento das regras de formação, entendidas como “condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidades de enunciação, conceitos, escolhas temáticas); [...] condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma repartição discursiva dada” (FOUCAULT, 1972, p. 51-52).

De modo que, como no caso da descrição do enunciado, a tarefa se torna aqui consideravelmente complexa, pois as regras de formação de cada domínio (objetos, modalidades, conceitos, temas) são bastante variadas. Quanto aos objetos, afirma o autor: “A) Seria preciso inicialmente demarcar as *superfícies* primeiras de *emergência*; B) Seria necessário descrever, além disso, *instâncias de delimitação*; C) Analisar finalmente as *grades de especificação*” (FOUCAULT, 1972, p. 55-56).

Consideremos, a título de exemplo, a função que define o campo de emergência de objetos que constituirão o domínio da psicopatologia do século XIX, na análise que Foucault elabora para o curso sobre *Os anormais*: antes de ser apropriada pela psiquiatria, a convulsão, segundo Foucault (2010, p. 183), surge na instituição religiosa; a sexualidade, no âmbito da família (FOUCAULT, 2010, p. 201); o instinto, da prática judiciária (FOUCAULT, 2010, p. 112). Se se quer, portanto, analisar o objeto da psicopatologia do século XIX, é preciso interrogar todas “essas diferenças individuais que, segundo os graus de racionalização, os códigos conceituais e os tipos de teoria, vão receber o estatuto de doença, de alienação, de anomalia, de demência, de neurose ou de psicose, de degenerescência, etc.” (FOUCAULT, 1972, p. 55). Em segundo lugar, para descrever o discurso psicopatológico do século XIX, é preciso se dirigir às instâncias que operam, desde si mesmas, uma delimitação do patológico, que, por isso mesmo, reivindicam o

saber psiquiátrico e o integram ao que lhes parece estranho ou exterior, embora neles presentes: é a Igreja que se desgarrar da possessão (FOUCAULT, 2010, p. 187-192), mas reivindica a “aparição” (FOUCAULT, 2010, p. 193-194); que, portanto, “separa o místico do patológico, o espiritual do corporal, o sobrenatural do anormal” (FOUCAULT, 1972, p. 56). Finalmente, as instâncias em que as diversas formas de loucura, mantendo-nos no exemplo do discurso psicopatológico, em que as diversas formas de loucura podem se especificar: “a alma [...]; o corpo [...]; a vida e a história dos indivíduos² [...]; os jogos de correlações neuro-psicológicas”³ (FOUCAULT, 1972, p. 56).

Contudo, nenhuma dessas instâncias é capaz de formar um objeto para a psicopatologia. A este nível, nenhuma das regras que se pode encontrar para o discurso que se queira analisar constitui por si mesma o objeto desse discurso; tampouco o simples estabelecimento deste conjunto de regras não seria suficiente para dar conta da constituição dos objetos em um discurso como o da psicopatologia. Estabelecidas essas regras, é preciso estabelecer a relação entre elas, pois uma “formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação” (FOUCAULT, 1972, p. 59), de modo que

não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que formam; nem também o ponto de emergência deles ou seu modo de caracterização; mas o relacionamento das superfícies em que podem aparecer, em que podem se delimitar, em que se podem analisar e especificar” (FOUCAULT, 1972, p. 62).

É o modo, portanto, como as instâncias em que os objetos emergem, aquelas em que são delimitados e aquelas em que são especificados, se relacionam, que torna possível a constituição de um domínio de objetos. É essa relação, que ao fim, trata-se de descrever. Mas isso não encerra a tarefa do arqueólogo no domínio dos objetos do discurso analisado. É possível ainda, considerada a especificidade das relações discursivas descritas, correlacioná-las a relações de outras ordens: relações reais ou primárias, relações reflexivas ou secundárias. De modo que,

assim se abre todo um espaço articulado de descrições possíveis: sistema das relações primárias ou reais, sistema das relações secundárias ou reflexi-

² O que está em questão para a psicopatologia não é mais a doença que se infiltra no corpo, mas o corpo inteiramente doente. É o comportamento do indivíduo durante toda sua história que atesta a presença da anomalia, o que tem por consequência o fato de que “a psiquiatria vê finalmente se abrir diante de si, como domínio de sua ingerência possível, como domínio de suas valorizações sintomatológicas, o domínio inteiro de todas as condutas dos indivíduos” (FOUCAULT, 2010, p. 137).

³ A psicopatologia do anormal só pode se constituir e se ligar à medicina, já que não é uma medicina em sentido próprio, através de uma “disciplina articulatória que é a neurologia” (FOUCAULT, 2010, p. 137).

vas, e sistema das relações que se podem chamar propriamente discursivas. O problema é fazer aparecer a especificidade dessas últimas e seu jogo com as duas outras (FOUCAULT, 1972, p. 60).

Que se passe ao domínio das modalidades enunciativas, que caracterizam o modo pelo qual o sujeito-que-sabe se relaciona com o domínio de objetos de seus saber. Não basta ter coisas diante de si, é preciso um certo olhar, que uma certa relação com os objetos possa ser estabelecida, para que esses objetos possam aparecer, ser designados, analisados, sofrer intervenções, que, em todo caso, dependem dessa relação específica. A modalidade enunciativa é, em primeiro lugar, a visibilidade própria que um domínio de objetos possui numa relação discursiva, é a luz sob a qual um objeto aparece e as condições sob as quais pode ser um objeto determinado de um discurso, mas também de uma intervenção, específico. A modalidade enunciativa não é simplesmente um estilo de enunciação, mas o lugar, o campo multidimensional, em que alguns tipos de enunciação são possíveis e outros impossíveis, e cujas regras de formação são as seguintes: “A) Primeira questão: quem fala?”, que determina o estatuto do sujeito; em segundo lugar, “B) É preciso também descrever os lugares institucionais”; finalmente, é preciso atentar para “C) As posições do sujeito”, as quais são definidas pela “situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos; e pelas “posições que o sujeito pode ocupar na rede de informações” (FOUCAULT, 1972, p. 66-68).

De modo que, como explica o autor no prefácio à edição inglesa de *Les mots et les choses*, tratava-se de saber “se os sujeitos responsáveis pelo discurso científico não são determinados em sua posição, em sua função, em sua capacidade de percepção e em suas possibilidades práticas por condições que os dominam, e mesmo os esmagam (FOUCAULT, 2005b, p. 187). Mais do que descrever os tipos de enunciação possíveis em um dado discurso e os efeitos que a escolha de um estilo possam ter sobre um discurso, como o da medicina clínica, para ficar no exemplo do autor, é preciso dar as condições que permitem os únicos tipos de enunciação possíveis.

Assim, em primeiro lugar, o domínio das modalidades será determinado pela qualificação do sujeito-que-fala. O estatuto médico, por exemplo, não é somente uma qualificação (hoje atestada por um documento, o diploma, o qual possui seus privilégios legais), mas tudo o que está aquém e além dessa condição jurídica. O estatuto médico permite e supõe uma atuação social específica. Quando apareceu a medicina clínica, quando esta evocou os temas da epidemia e das constituições, o estatuto médico pôde incorporar toda uma função de vigilância⁴ e de

⁴ “Começa-se a conceber uma presença generalizada dos médicos, cujos olhares cruzados formam uma rede e exercem em todos os lugares do espaço, em todos os momentos do tempo, uma vigilância constante, móvel, diferenciada” (FOUCAULT, 1977b, p. 27).

pedagogia⁵. Variável, conforme se forme o discurso médico, tal estatuto supõe, em nossa sociedade:

critérios de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas; [...]; um sistema de diferenciação e de relações [...] com outros indivíduos ou outros grupos de indivíduos que têm eles próprios seus estatutos [...]. Comporta também um certo número de traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade (FOUCAULT, 2010, p. 65).

Utilizemos um exemplo simples: o estatuto dos alienistas, tal como se encontra na psiquiatria clássica (de Esquirol e Pinel), requiritava que o médico fosse chamado ao tribunal somente para dizer se o acusado estava ou não delirando no momento em que cometeu o crime⁶. A partir de 1850, segundo Foucault, o estatuto médico da psiquiatria se modificará de tal modo que o campo de visibilidade da psicopatologia – e, portanto, da possibilidade de intervenção da psiquiatria – praticamente cobrirá todo o corpo social: é o poder psiquiátrico tal como o vemos atuar sobre a legislação, a justiça, a família, a religião, o trabalho, etc, em suma, “poder médico sobre o não patológico” (FOUCAULT, 2010, p. 271).

Mas o campo de visibilidade de um discurso, onde se formam suas modalidades enunciativas, é formado também por todos os espaços onde o sujeito (a posição subjetiva) do discurso pode retirar seus instrumentos e receber sua legitimidade. Para o discurso médico, por exemplo, é “o hospital⁷ [...]; a prática privada⁸ [...]; o laboratório [...]; finalmente, o que se pode chamar ‘biblioteca’ ou o campo documentário [...].” (FOUCAULT, 1972, p. 66).

Seja, então, a terceira dimensão do domínio das modalidades enunciativas: “as posições que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 1972, p. 67). Ou seja, o que o indivíduo investido como sujeito de um discurso, como o da medicina, é capaz e obrigado a fazer para sustentar-se como tal? São os modos de percepção autorizados e requeridos por

⁵ “E como se não bastasse a implantação dos médicos, pede-se que a consciência de cada indivíduo esteja medicalmente alerta; será preciso que cada cidadão esteja informado do que é necessário e possível saber em medicina. E cada prático deverá acrescentar à sua atividade de vigilante uma atividade de ensino, pois a melhor maneira de evitar que a doença se propague ainda é difundir a medicina.” (FOUCAULT, 1977b, p. 34).

⁶ Cf. FOUCAULT, 2010, p. 27. Sobre o momento em que o estatuto jurídico, guiado pelo artigo 64 do Código Penal francês e a psiquiatria da alienação entram em “curto-circuito”, o caso Henriett Cornier, do qual Esquirol foi perito, cf. FOUCAULT, 2010, 105ss.

⁷ “O domínio hospitalar é aquele em que o fato patológico aparece em sua singularidade de acontecimento e na série que o cerca” (FOUCAULT, 1977b, p. 123). Essa variável do discurso médico será ainda analisada por Foucault na conferência *Incorporação do Hospital à tecnologia moderna*, pronunciada no Instituto de Medicina Social do Rio de Janeiro em 1978. Cf. FOUCAULT, 1996, 107-120.

⁸ FOUCAULT, 1996, p.85-105: trata-se da conferência *História da medicalização*, pronunciada na mesma situação que a anterior.

um discurso específico⁹ que se devem descrever e, adicionalmente, “as posições que o sujeito pode ocupar numa rede das informações” (FOUCAULT, 1972, p. 67)¹⁰. Daí que a terceira variável é, ela própria, uma função complexa.

Do mesmo modo que no caso do domínio dos objetos, trata-se de descrever o “relacionamento entre elementos diferentes” (FOUCAULT, 1972, p. 68). Ou seja, não basta estabelecer as regras que dão conta do estatuto do sujeito, do lugar institucional de onde ele pronuncia seu discurso e das posições que assume, é preciso estabelecer a relação entre essas diferentes variáveis.

Considere-se, agora, o domínio em que se formam os conceitos de um discurso. “O conceito”, diz Bachelard (2004, p. 23), “elemento de construção, só tem sentido pleno numa construção”; epistemologicamente, diz o filósofo, “o conhecimento mínimo do qual ele é objeto deve naturalmente explicitar-se numa proposição”. Para a arqueologia, o conceito é o elemento que carrega a materialidade do enunciado; é a partir dele que se dão as *possibilidades de reinscrição e transcrição dos enunciados*, que se define seu *campo de estabilização e de utilização*.

O domínio de formação dos conceitos de uma formação é regrado pelas seguintes variáveis:

A) Essa organização comporta inicialmente, *formas de sucessão*. E, entre elas, [a] as diversas *ordens das séries enunciativas* [...]; [b] tipos de dependência [...]; [c] esquemas retóricos. [...] B) A configuração do campo enunciativo comporta também formas de coexistência [...] [a] campo de presença [...]; [b] campo de concomitância [...]; [c] domínio de memória.” [...] C) Pode-se, enfim, definir os procedimentos de intervenção. [...] [a] técnicas de reescrita [...]; [b] métodos de transição [...]; [c] modos de tradução; [d] meios utilizados para aumentar a aproximação dos enunciados [...]; [e] maneira pela qual se delimita novamente – por extensão ou restrição – o domínio de validade dos enunciados [...]; [f] a maneira pela qual se transfere um tipo de enunciado de um campo de aplicação a outro [...]; [g] os métodos de sistematização de proposições que já existem [...]; [h] os métodos de redistribuição dos enunciados já ligados uns aos outros, mas que são recompostos em um novo conjunto sistemático (FOUCAULT, 1972, pp. 71-74).

⁹ Para o discurso da medicina clínica, Cf. FOUCAULT, 1977b, p.99ss.

¹⁰ Por exemplo, a integração do discurso médico a uma instituição como a Sociedade Real de Medicina, cujo objetivo primeiro era o controle de epidemias, mas que passa rapidamente a exercer funções de controle sobre o saber médico e o sobre o corpo social: “órgão de controle das epidemias, torna-se, pouco a pouco, um local de centralização do saber, uma instância de registro e de julgamento de toda atividade médica”, donde “se estabelece um duplo controle: das instâncias políticas sobre o exercício da medicina; e de um corpo médico privilegiado sobre um conjunto de práticos” (FOUCAULT, 1977b, p. 29).

Novamente, o mesmo princípio correlativo se aplica, pois estabelecidas tais regularidades, é preciso passar à relação entre elas, na medida em que “o que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, apesar de díspares, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos são relacionados uns aos outros” (FOUCAULT, 1972, p. 74).

Finalmente, seja o domínio da formação das escolhas teóricas ou estratégias. Com respeito a ele, a análise arqueológica precisa, primeiramente,

1. Determinar os pontos de difração possíveis do discurso [...] [a] pontos de incompatibilidade; [b] pontos de equivalência; [c] ponto de junção de uma sistematização. [...] 2. [...] instâncias específicas de decisão [...] [a] economia da constelação discursiva [...]; [b] relação de analogia, oposição ou complementariedade [...]; [c] relações de delimitação recíproca. [...] 3. A determinação das escolhas teóricas realmente efetuadas depende também de uma outra instância. Essa instância se caracteriza, de início, pela [a] função que deve exercer o discurso estudado em um campo de práticas não discursivas. [...] [b] regime e processos de apropriação do discurso [...]; [c] posições possíveis do desejo em relação ao discurso (FOUCAULT, 1972, pp. 82-84).

De modo que “uma formação discursiva será individualizada se se pode definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam” (FOUCAULT, 1972, p. 84-85). Como ocorreu nos casos anteriores, estabelecidas as regras de formação, é preciso correlacioná-las, pois o sistema de formação é definido “por uma certa maneira constante de relacionar possibilidades de sistematização interiores a um discurso, outros discursos que lhe são exteriores e todo um campo, não discursivo, de práticas, de apropriação, de interesses e de desejos” (FOUCAULT, 1972, p. 85).

Até o momento em que Foucault escreveu *A Arqueologia*, o domínio de formação das estratégias permaneceu bastante subdesenvolvido em relação aos demais domínios. Tal análise ocorre em *As palavras e as coisas*, mas, diz o próprio autor, “sua demarcação permaneceu sumária e a análise de sua formação não foi demorada” (FOUCAULT, 1972, p. 82). Consideremos, por exemplo, a oposição estratégica entre a Fisiocracia e o Utilitarismo:

Os Fisiocratas e seus adversários percorrem de fato o mesmo segmento teórico, mas em um sentido oposto: uns se perguntam em que condições – e a que custo – um bem pode tornar-se um valor em um sistema de trocas, os outros, em que condições um juízo de apreciação pode se transformar em preço no mesmo sistema de trocas (FOUCAULT, 1966, p. 209).

Assim, a teoria do valor fisiocrata¹¹ ou a teoria do valor utilitarista pertencem ambas a uma mesma formação discursiva, na medida em que é um mesmo sistema regular de discursividade em torno do problema da troca o operador da difração que separa uns de outros. Por outro lado, há também pontos de equivalência: “as análises dos Physiocratas e aquelas dos utilitaristas são frequentemente muito próximas e, às vezes, complementares” (FOUCAULT, 1966, p. 209). De modo que, para não nos estendermos exageradamente no exemplo, conclui-se que a descrição do domínio das estratégias em *As palavras e as coisas* resume-se à descrição da primeira de suas funções constituintes.

Logo, as instâncias de especificação de decisão e as relações exteriores desses discursos não são analisadas. Por outro lado – e, talvez, justamente por isso – as pesquisas subseqüentes ao tratado de 1969 se concentrarão no domínio das estratégias do discurso, o domínio justamente em que o *saber* intercepta a figura do *poder*. Considere-se a arqueologia do discurso histórico, tal como Foucault (1999) a apresentou no curso de 1976 (Em defesa da sociedade): o que interessa então é, justamente, tomar a história do ponto de vista estratégico, e a história das raças do século XVIII como um operador tático.

Arqueologia e História

Tudo o que fizemos até agora nós o fizemos sem levar em consideração o inteiro projeto de Foucault. Insistimos que o modelo de análise do discurso desenvolvido n’*A arqueologia do saber*, e textos correlatos, só se aplica a discursos sérios, discursos com pretensão de cientificidade. E, contudo, um conceito consideravelmente diferente e problemático da arqueologia é oferecido por Foucault no curso de 1976 no *College de France*: “a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais” (FOUCAULT, 1999, p. 16), que se manifestam no que Foucault chama de “saberes sujeitados”. Conceito diverso do que aparece na *Resposta* e n’*A Arqueologia do Saber*, pois, de um lado, têm-se como domínio de objetos os discursos e “saberes sujeitados” (FOUCAULT, 1999, p. 11); de outro, os saberes científicos, regulares, disciplinados, sistemáticos até.

Mas, o que são esses “saberes sujeitados”? Na concepção de Foucault há dois tipos de saberes que figuram nessa categoria. Em primeiro lugar, entende o autor por “saberes sujeitados” os “blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica

¹¹ De modo um pouco simplista, uma “teoria do valor” pretende determinar por que certas coisas são apreciáveis como bens e outras não; por que alguns bens são preferíveis a outros. Para uma visão ampla sobre o problema dos bens e do valor desde o pensamento grego, Cf. MENGER, Carl. *Princípios de Economia Política*; tradução de Luiz Baraúna. São Paulo: Abril, 1983.

pode fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição.” (FOUCAULT, 1999, p. 11). Conteúdos, portanto, que a erudição faz aparecer; “conteúdos do conhecimento histórico metucioso, erudito, exato, técnico” (FOUCAULT, 1999, p. 12). Em segundo lugar, entende-se por “saberes sujeitados”, “toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos” (FOUCAULT, 1999, p. 12). É, se se preferir, o reverso do saber, “o do psiquiatrizado, o do doente, o do enfermeiro, o do médico, mas paralelo e marginal em comparação com o saber médico, o saber do delinquente, etc.” (FOUCAULT, 1999, p. 12). Nos dois casos – e é isso que os individua na mesma categoria – trata-se do “saber histórico das lutas” (FOUCAULT, 1999, p. 13).

Para Foucault, portanto, é a própria luta que a história tem de requalificar e nisso passamos justamente para o segundo sentido dos “saberes sujeitados”: os conteúdos históricos enterrados sob as sistematicidades, e que fizeram da guerra o analisador político principal. Em todo caso, serão a esses discursos que Foucault dedicará todo o curso de 1976 no *College de France* (FOUCAULT, 1999, p. 54): “Quem formulou esse princípio que Clausewitz inverteu quando disse: ‘Mas, afinal de contas, a guerra não passa da política continuada’.” – É, então, o problema fundamental de Foucault.

Explica-se, então, o lugar modesto que o discurso histórico ocupava em *As palavras e coisas*. É que é da história e de um tipo particular de história, a história do fim do século XVIII, que todo o projeto foucaultiano retira sua possibilidade. É o tema da “luta das raças”, de uma luta perpétua no interior do corpo social que se faz presente em Edward Coke e Liburne, na Inglaterra, e em Boulainvilliers, Freret e do conde d’Estaing, na França; que é retomado por Sieyès, Augustin Thierry, Bounaroti e Courtet, para ser, por fim, apropriado pelos biólogos racistas do século XIX com o resultado que todos conhecem. A história introduz a guerra como operador de análise contra o modelo jurídico da soberania (FOUCAULT, 1999, p. 57).

E o que era, afinal, a “história da guerra das raças”, da qual Foucault quis fazer “tanto a história quanto o elogio”? Era, justamente, o tipo de análise histórica que estabeleceu o princípio segundo o qual a política nada mais é que a continuação da guerra. Ela aparece como um objeto de análise e, ao mesmo tempo, como o princípio de articulação estratégica do discurso, do qual as próprias pesquisas de Foucault são dependentes. Nesse sentido, compare-se essa história tática da reação nobiliária, tal como Foucault a concebe, com o próprio projeto de autor:

[1] não perguntar os sujeitos como, por que, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujei-

ção efetivas que fabricam sujeitos. [2] Em segundo lugar, tratar-se-ia de ressaltar as relações de dominação e de deixá-las valer em sua multiplicidade, em sua diferença, em sua especificidade ou em sua reversibilidade: não procurar, por conseguinte, uma espécie de soberania fonte dos poderes; ao contrário, mostrar como os diferentes operadores de dominação se apoiam uns nos outros, remetem uns aos outros, em certo número de casas se fortalecem e convergem, noutros casos se negam ou tendem a anular-se. [...] [3] Enfim, em terceiro lugar, ressaltar as relações de dominação muito mais do que a fonte de soberania, quer dizer isto: não tentar segui-las naquilo que constitui sua legitimidade fundamental, mas tentar, ao contrário, procurar os instrumentos técnicos que permitem garanti-las (FOUCAULT, 1999, p. 53).

Dupla atenção a esse discurso, portanto: é a ruína que se trata de exumar sob a poeira das sistematizações, das dialéticas tranquilizadoras e dos edifícios teóricos que a história, desde o século XIX não cessará de proliferar; é, por outro lado, o princípio do discurso da própria arqueologia-genealogia, o princípio eficiente do projeto foucaultiano.

A guerra é o operador fundamental da análise histórica para Foucault e, todo discurso que faz aparecer o conflito, o antagonismo, se junta àquela outra categoria de discursos sujeitados, pois pertence ao seu próprio caráter circular anonimamente, do mesmo modo como o discurso da guerra de raças do século XVIII, que era um “discurso sofisticado, discurso científico, discurso erudito, feito por pessoas com olhos e com dedos empoeirados, mas, igualmente, discurso [...] que teve certamente um número imenso de locutores populares e anônimos” (FOUCAULT, 1999, p. 58).

Daí, uma consequência metodológica: apesar da forma complexa que o modelo proposto no tratado de 1969 toma, é ao quarto domínio, ao domínio das *estratégias*, que os outros operadores de análise (objetos, modalidade e conceitos) tenderão ao longo das pesquisas que o autor empreendeu daí por diante. As análises dos objetos, modalidades e conceitos dos discursos permanecerão presentes, mas como suporte e condição para a análise das escolhas teóricas, das estratégicas do saber poderoso e das táticas dos saberes sujeitados.

Considerações finais

Desde a publicação de *As palavras e as coisas* em 1966 dificilmente os críticos, e mesmo os admiradores, do trabalho de Foucault puderam escapar à percepção de que, ao menos em uma “fase” de seu trabalho, a preocupação de Foucault era exclusivamente com a linguagem, considerada uma realidade autônoma em relação às outras instâncias do real (a política, a economia, etc). Mesmo as obras anteriores, interpretadas sob essa luz, pareceram constituir um projeto de “análise

do discurso” que foi posteriormente abandonado. Fosse isso verdade, porém, teríamos que dar razão a um dos historiadores mais críticos de Foucault, Carlo Ginzburg (1987, p. 23), que soube extrair validamente a consequência dessa premissa: “o ambicioso projeto foucaultiano de uma ‘arqueologia do silêncio’ se converte em silêncio puro e simples”. Ou seja, uma vez que só os discursos institucionalizados são analisáveis pelo procedimento arqueológico, o mesmo deixaria escapar o mais essencial: a palavra que foi silenciada e o saber que foi sujeitado.

Conclusão válida, a de Ginzburg, mas decorrente, a nosso ver, de uma premissa falsa. É verdade que o silêncio não comporta análise para a arqueologia, mas é verdade também que Foucault não ignora o discurso sujeitado, e o “dossiê Rivière” (FOUCAULT, 1977a), criticado por Ginzburg, é a prova disso: nele, o discurso de Rivière encontra-se tal como o próprio Rivière, perdido em meio à multidão de discursos que o constituíram como criminoso e insano, que conduziram sua vida e o acompanharam na morte; que, finalmente, permitiram que sua palavra chegasse até nós. O fato é que, para a arqueologia não há interesse em analisar (decompor) o discurso do criminoso e do insano no mesmo sentido em que se analisa o discurso judiciário ou psicopatológico, uma vez que ele não carrega aquela pretensão de verdade, cujas condições a análise viria a estabelecer. Analisá-lo no sentido que Ginzburg reivindicou significaria restaurar postumamente um tribunal para julgar o caso ou um consultório para examiná-lo; tarefa que, legítima ou não, certamente não estava nos planos de Foucault. Nesse sentido, a arqueologia, ao analisar os discursos pretensamente científicos que se impõem ao psiquiatrizado, ao criminoso, ao perverso, visa justamente separar e apresentar a experiência desses sujeitos não como uma exterioridade selvagem ao poder e ao saber, mas como uma alteridade resistente que o poder e o saber deixam transparecer no momento mesmo em que lhe tentam apagar.

Referências

BACHELARD, Gaston. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*; tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. *Les Mots et les Choses*. Paris: Éditions Gallimard, 1966.

_____. *A ordem do discurso*; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2005a.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*; tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b. (Ditos e Escritos II).

_____. *Em defesa da sociedade*; tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*; tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *La vida de los hombres infames*; traducion Julia Varela y Fernando Alves Uría. La Plata: Editora Altamira, 1996.

_____. *Eu Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... Um caso de parricídio no século XIX, apresentado por Michel Foucault*; tradução de Denize de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 1977a.

_____. *O Nascimento da Clínica*; tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977b.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*; tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.